



CONGRESSO NACIONAL

MPV-403

00236

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                    |                                             |
|--------------------|---------------------------------------------|
| Data<br>29/11/2007 | Proposição<br>Medida Provisória nº 403/2007 |
|--------------------|---------------------------------------------|

|                                          |               |
|------------------------------------------|---------------|
| Autor<br><b>DEPUTADO ASDRUBAL BENTES</b> | Nº Prontuário |
|------------------------------------------|---------------|

|                                        |                                          |                                                     |                                     |                                                 |
|----------------------------------------|------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva | 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa | 4. <input type="checkbox"/> Aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|----------------------------------------|------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------------------|

|        |              |                    |        |        |
|--------|--------------|--------------------|--------|--------|
| Página | Artigo<br>7º | Parágrafo<br>Único | Inciso | Alinea |
|--------|--------------|--------------------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao Parágrafo Único, do artigo 7º, da MP nº 403/07 a seguinte redação

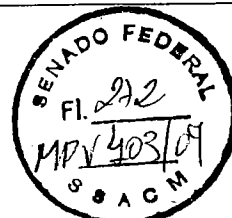
"Parágrafo Único – A ECT terá prazo máximo de vinte e quatro meses, a contar da data da publicação da regulamentação da presente lei, editada pelo Poder Executivo, para concluir todas as contratações mencionadas neste artigo."

JUSTIFICAÇÃO

No seu artigo 8º, esta MP estabelece que o Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei. Não faz sentido que a ECT tenha um prazo para começar fluir a sua obrigação de concluir as contratações das franquias antes de ter ciência dos termos em que a Presidência da República irá regular o cumprimento dessa legislação. Outrossim, é conveniente que esse prazo seja bianual e não de ano e meio, como consta na redação original.

ASSINATURA

*Asdrubal Bentes*



Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 29/11/2007 às 11:00

Matr.: